

Trabajo preparado para su presentación en el VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013  
Área: Política Comparada (Calidad de la Democracia)

## **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SATISFAÇÃO COM A DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DA AMÉRICA LATINA**

Roberta Carnelos Resende\*

Sara de Sousa Fernandes Epitácio\*\*

### **RESUMO**

O objetivo principal deste trabalho é verificar de que forma a satisfação com a democracia pode estar associada ao grau de desenvolvimento econômico dos países da América Latina (1997-2009). Como objetivos específicos, pretende-se analisar como os latino-americanos avaliam no regime democrático de seus países, se existem diferenças consideráveis na avaliação no decorrer do tempo, se as variações das manifestações de satisfação dos indivíduos com a democracia está correlacionada à variáveis econômicas, e, por fim, se é possível afirmar que um determinado contexto socioeconômico influencia no grau de satisfação com a democracia. Os dados referentes à “satisfação com a democracia” foram retirados do banco de dados do Latinobarômetro, e os dados sócio-econômicos foram coletados junto ao Banco Mundial. Concluiu-se que a situação econômica e social de um país parece influenciar, de alguma maneira, as manifestações individuais sobre a satisfação com a democracia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento econômico, Satisfação com a democracia, América Latina.

### **I. INTRODUÇÃO**

O surgimento da democracia moderna e sua identidade estão atrelados ao desenvolvimento do Estado-Nação. No Ocidente, o movimento em direção a este tipo de democracia iniciou-se na primeira metade do século XVII, com ideias e movimentos democráticos advindos principalmente da Revolução Inglesa. Porém, a presença de instituições democráticas em nível nacional foi um fenômeno observado apenas em

---

\* Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: roberta\_carnelos@yahoo.com.br

\*\* Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: saraepitacio@hotmail.com

meados do século XIX. Segundo Huntington (1994), ocorreram três ondas de democratização<sup>1</sup> no mundo moderno. Embora considere arbitrária a determinação precisa de uma transição democrática, bem como da especificação das datas das ondas, o autor as classifica da seguinte maneira: primeira onda de democratização (1828-1926), segunda onda democrática (1943-1962) e terceira onda democrática (1974- ).

A primeira onda de democratização teve raízes nas revoluções americana e francesa, e possui dois critérios de categorização dos países: 50% dos homens adultos com direito de voto, e um executivo com apoio majoritário em um parlamento eleito ou escolhido via eleições populares periódicas. Nesta onda, mais de trinta países, e entre eles os Estados Unidos, a Suíça, a França e a Grã-Bretanha, estabeleceram instituições democráticas nacionais mínimas. A segunda e curta onda de democratização iniciou-se na Segunda Guerra Mundial e promoveu a inauguração de instituições democráticas na Alemanha Ocidental, Itália, Japão, entre outros países, mas que cabe aqui dar destaque às experiências observadas na América Latina: ainda durante a guerra, o Uruguai retornou à democracia; Brasil e Costa Rica tornaram-se democráticos no final da década de 1940; Argentina, Peru, Colômbia e Venezuela iniciaram governos escolhidos pelo povo em meados desta década, mas as práticas democráticas perduraram apenas até o início dos anos 50, sendo substituídas por ditaduras. Na terceira onda de democratização, inaugurada com o fim da ditadura portuguesa, os regimes autoritários foram substituídos por democráticos em cerca de 30 países na Europa, Ásia e América Latina, e uma onda global em direção à democracia parecia tomar conta de outros países, visto que havia uma considerável liberalização nos regimes autoritários e em outros, movimentos que promoviam a democracia ganhavam força e legitimidade. Na América Latina, no final da década de 1970, destacaram-se o Equador e o Peru, com processos similares de retirada dos militares e eleição de um governo civil, e na primeira metade da década de 1980, a Bolívia, a Argentina e o Uruguai já haviam conduzido a eleição direta de um presidente (*idem*, 1994). Este processo deu-se mais tardiamente no Brasil, em 1989, e no Chile, em 1990.

O momento posterior à segunda onda é bastante fértil para a Ciência Política, pois duas tradições teóricas são inauguradas: a teoria da modernização e o culturalismo

---

<sup>1</sup> “Uma onda de democratização é um grupo de transições de regimes não-democráticos para democráticos, que ocorrem em um período de tempo específico e que significativamente são mais numerosos do que as transições na direção oposta durante tal período” (Huntington, 1994, p.23). Para o autor, a cada uma das duas primeiras ondas seguiu-se uma onda reversa, ou seja, alguns países reverteram para uma ordem não-democrática.

(comportamentalismo). O crescimento econômico da periferia, em particular na América Latina, impulsionou novas reflexões buscando-se avaliar os efeitos econômicos sobre as democracias emergentes. O problema central era procurar uma justificativa teórico-metodológica que pudesse dar conta, ao mesmo tempo, de explicar a virtuosidade das experiências democráticas consolidadas na Europa Ocidental e as democracias recentes.

Visto isso, o objetivo central deste trabalho é verificar se a satisfação com a democracia está associada ao grau de desenvolvimento econômico dos países da América Latina (1997-2009). Algumas outras questões derivadas desse objetivo são também objeto dessa análise: como os latino-americanos avaliam o regime democrático de seus países?, existem diferenças consideráveis de avaliação no decorrer da presente série histórica?, as variações das manifestações de satisfação dos indivíduos com a democracia está correlacionada à variáveis econômicas?, é possível afirmar que um determinado contexto socioeconômico influencia no grau de satisfação com a democracia? Para tanto, este trabalho apresenta, inicialmente, os principais argumentos dos teóricos da modernização para a compreensão da democracia, e na sequência, a perspectiva culturalista, essenciais para que, na última seção, se possa analisar a relação de variáveis econômicas com uma variável cultural.

## II - TEORIA DA MODERNIZAÇÃO E A UTILIZAÇÃO DE VARIÁVEIS ECONÔMICAS PARA A EXPLICAÇÃO DA DEMOCRACIA

A teoria da modernização teve como base os estudos de Seymour Lipset (1967). Para ele, a variável modernização (desenvolvimento econômico) mensurada através da riqueza, industrialização, urbanização e educação, é condição necessária e suficiente para o estabelecimento do regime democrático. Nessa lógica, quanto maior a renda menor seriam as disparidades econômicas, e maior a inclusão dos indivíduos na esfera de participação. Esta sequência de relações interdependentes levaria a ampliação da classe média, caracterizada pela moderação e não propensão ao conflito social, e também maior seria a receptividade dos cidadãos às regras democráticas. Esse modelo de democratização asseguraria também a construção de uma burocracia efetiva, para evitar práticas de nepotismo, além de permitir e estimular na sociedade a construção de associações e organizações voluntárias (Laisner, 2008).

Samuel Huntington (1975), ao avaliar os argumentos propostos por Lipset, apresenta alguns contrapontos. O primeiro deles é que o aumento do desenvolvimento econômico não gera necessariamente estabilidade democrática, pois, para ele, estas duas variáveis são independentes. Contextos marcados por um elevado crescimento econômico nem sempre são acompanhados por uma efetiva estabilidade institucional, e em geral, estes dois processos são inversamente proporcionais. A saída, segundo Huntington, seria a combinação entre crescimento econômico (modernização) e fortalecimento das instituições políticas (burocracia, partidos, etc.), e dessa forma, o deslocamento do mundo tradicional para o mundo moderno viria acompanhado de novos valores e atitudes necessárias para a manutenção do sistema democrático.

Apesar da aparente contraposição de Huntington à Lipset, num segundo momento, ao avaliar os aspectos econômicos da terceira onda de democratização, os autores se aproximam. Huntington (1994) afirma que os fatores econômicos possuem um impacto significativo sobre o processo de democratização, embora não sejam determinantes, pois não há um nível ou padrão de desenvolvimento econômico que seja suficiente para provocar a democratização. Nesse sentido, o autor salienta alguns fatores econômicos que afetaram as democratizações da terceira onda: os saltos nos preços de petróleo em alguns países, e as restrições marxistas-leninistas em outros, provocaram instabilidade econômica que enfraqueceram os regimes autoritários; no início da década de 1970, muitos países já haviam alcançado níveis globais de desenvolvimento econômico, que davam base econômica para a democracia, e que facilitaram a transição para este regime; em alguns países, o rápido crescimento econômico desestabilizou os regimes autoritários, forçando-os a liberalizar ou a intensificar a repressão. Nenhum país inserido no contexto desta onda escapou a pelo menos um dos fatores mencionados

Ainda em relação aos países da terceira onda, Huntington (1994) salienta que, de acordo com dados do Banco Mundial sobre o PNB per capita de 1976, dos 31 países que se liberalizaram ou democratizaram neste período, 27 situavam-se na faixa de renda média. Evidências sugerem que apenas a riqueza pode não ter sido um fator crucial, e então o autor argumenta que o desenvolvimento econômico parece ter promovido mudanças nos valores sociais e na estrutura, que por sua vez, encorajaram a democracia, conforme descrito:

Primeiro, o nível de bem-estar econômico no interior da própria sociedade modela os valores e as atitudes de seus cidadãos, estimulando o desenvolvimento de sentimentos de confiança interpessoal, de satisfação com a vida e de concorrência,

que, por sua vez, têm uma forte correlação com a existência de instituições democráticas. Segundo, o desenvolvimento econômico aumenta os níveis de instrução da sociedade (...). Mais pessoas com maior instrução tendem a desenvolver as características de confiança, satisfação e concorrência que acompanham a democracia. Terceiro, o desenvolvimento econômico faz com que haja mais recursos para serem distribuídos entre os grupos sociais (...). Finalmente, o desenvolvimento econômico promove a expansão da classe média (Huntington, 1994, p. 73-74).

No escopo da teoria da modernização, Acemoglu e Robinson (2007) utilizam o conceito mínimo de democracia proposto por Schumpeter, e sugerem uma análise explicativa sobre a adoção e estabilidade de sistemas democráticos. Como suporte teórico, os autores utilizam a “teoria dos jogos”, ou seja, compõem um cenário em que dois atores, elite (minoridade) e cidadão (maioria), possuem, a princípio, interesses conflituosos (distributivo) e suas ações são motivadas por questões econômicas e não ideológicas. Enquanto a elite é caracterizada pela apropriação de recursos econômicos e políticos (escolhas sociais e políticas), e são também simpática a regimes autoritários, o cidadão mobiliza-se em prol da democracia e por uma redistribuição de recursos intrínsecos a este sistema. Ambos os competidores utilizam como lógica de atuação à redução de custos e ampliação dos benefícios.

Os regimes não democráticos são por natureza instáveis e incapazes de vislumbrar o futuro. A manutenção do *status quo* para coibir o conflito latente entre a elite e o cidadão é, em geral, oneroso. Em contrapartida, os custos da promoção de uma revolução por parte dos cidadãos é também elevado. O desequilíbrio deste cenário é gerado em quatro circunstâncias: a) não democracias para democracias consolidadas - os custos de repressão por parte das elites é superior ao seu ganho social e político, e o risco revolucionário promovido pelo cidadão faz com que as elites, em nome do seu instinto de conservação, ampliem a participação e promova a democracia. Essa transição conserva alguns prestígios da elite e apazigua os ânimos do cidadão ao fazê-lo partícipe da democracia e beneficiado por uma maior distribuição de recursos e concessões graduais (exemplo: Grã-Bretanha); b) democracia breve para colapso cíclico - apesar das pressões sociais, as elites optam por permanecer no poder e são destituídas por golpes, revoluções ou políticos populistas, e, nesse cenário, a elite afastada do poder permanecerá não simpática a democracia, e, por conseguinte, contribuirá para a instabilidade do sistema (exemplo: Argentina); c) não democráticos para democracias

pouco inclusivas - o conflito entre cidadão e elite é explícito e acompanhado por uma crescente desigualdade na distribuição de recursos, e, por conta disso, a manutenção desse regime não democrático deve-se exclusivamente ao uso da repressão. A democracia surge como consequência dos elevados custos de repressão (exemplo: África do Sul); d) regimes não democráticos estáveis - regimes não democráticos com reduzida desigualdade na redistribuição de recursos, elite e cidadãos acomodados e reduzida repressão (exemplo: Cingapura). (Acemoglu e Robinson, 2007).

Boix (2003) amplia as variáveis intervenientes do processo de democratização para além das categorias que remetem aos custos de repressão e liberalização utilizadas por Acemoglu e Robinson. Acredita que a existência de uma acentuada diferença entre ricos e pobres poderia tender à rebelião, ou ainda, à instabilidade democrática. Desse modo, o autor afirma que a equidade econômica promoveria a democracia, bem como permitiria uma transição pacífica entre regimes políticos diferentes. Constrói um modelo com base no que considera ser os acertos e erros da teoria da modernização, da teoria sociológica e da teoria dos jogos, em que a distribuição de renda, a natureza dos bens econômicos e os recursos políticos e organizacionais dos atores deveriam ser avaliados na escolha do regime político de um país. É possível visualizar os diferentes regimes, o que Boix chama de equilíbrio do jogo, a partir de duas dimensões: uma econômica- com base nas desigualdades sociais, e outra institucional- baseada nos custos de repressão.

Outro estudo relevante na agenda de pesquisa dos teóricos da modernização foi liderado por Adam Przeworski, e sua proposta geral era testar algumas hipóteses consagradas pela literatura desenvolvimentista. Przeworski, Cheibub e Limongi (2003) acreditam que os fatores econômicos e institucionais seriam suficientes para gerar uma explicação convincente da dinâmica das democracias sem que fosse necessário recorrer à cultura, embora salientem nas conclusões que certas culturas sejam incompatíveis com a democracia. Passando aos testes de hipóteses, Przeworski e Limongi (1994) destacam que os regimes autoritários são mais vulneráveis às crises econômicas que os regimes democráticos na América do Sul, e a sobrevivência destes últimos, por sua vez, depende mais do clima político internacional e da história política anterior do que do desempenho econômico. Nesta região, os dois regimes não tiveram qualquer efeito sobre o crescimento: sob as mesmas condições, tiveram desempenhos praticamente equivalentes. Concluem que a América Latina é diferente do resto do mundo, pois tiveram mais regimes autoritários e mais golpes que outros países com o mesmo nível

de desenvolvimento. Ao estender os testes de sobrevivência e morte de regimes políticos a 135 países, Przeworski et al. (1997), afirmam que democracia, riqueza, crescimento com inflação moderada, desigualdade decrescente, um clima internacional favorável e instituições parlamentaristas, seriam condições que deveriam estar presentes num determinado país e no mundo em  $t-1$  para que houvesse maior probabilidade de se estabelecer um regime democrático em  $t$ .

Outra possibilidade de explicar como as democracias se estabeleceram no mundo pode ser encontrada nos estudos comportamentalistas, que compreendem, de modo geral, a ação dos indivíduos enquanto resultado de uma racionalidade endógena, logo, as instituições são tomadas como um conjunto de normas e padrões resultantes de processos sedimentados culturalmente (Peres, 2008). A proposta da próxima seção é apresentar um panorama geral desta abordagem, visto que o objetivo central deste trabalho é dialogar com as duas abordagens por intermédio de uma análise empírica.

### III - UMA VISÃO CULTURALISTA DA DEMOCRACIA

O trabalho pioneiro de Almond e Verba (1965) inaugura as pesquisas de survey em caráter mundial. A partir da definição de democracia como algo normativo que combina modernidade, secularização, representação e agregação de interesses, os autores constroem as matrizes de cinco cenários gradativos para a democracia (México, Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Alemanha). A democracia norte-americana é utilizada como protótipo, e os demais países são avaliados de acordo com a proximidade ou distanciamento com esse modelo. A partir da comparação se deriva a ideia de que a socialização política é o melhor mecanismo para colocar todos os países na marcha para o progresso democrático. Essa preocupação intervencionista respaldada em um ideário evolucionista para a política rende algumas críticas ao trabalho dos autores (FAGUNDES, 2008).

A segunda onda democrática ocorrida no pós-Segunda Guerra, conforme citado anteriormente, forçou a Ciência Política a ampliar o seu escopo de análise para dar conta de novos processos democratizantes marcados por especificidades quando comparados às democracias ocidentais. O objetivo norteador da pesquisa era buscar compreender a interferência da cultura política sobre os modelos de democracia (causalidade entre cultura e estrutura política). No estudo de Almond e Verba (1965), cultura política é entendida como a orientação psicológica dos indivíduos pelos objetos

políticos, e nesse sentido, seria a maneira pela qual uma população internaliza cognitivamente, sentimentos e avaliações do sistema político<sup>2</sup>. O desenvolvimento e a manutenção da democracia dependem tanto de aspectos formais como de culturais, e é nesse sentido que os autores introduzem o conceito de cultura cívica: cultura pluralística que combina aspectos da tradição e da modernidade, pela qual as pessoas ingressam na política.

Seguindo a linha argumentativa de Almond e Verba, porém pretendendo fazer um estudo comparado de regiões de um mesmo país, Putnan (2006) tenta verificar os principais elementos que diferencia o norte, com bom desempenho, do sul da Itália, com mau desempenho. Nesse sentido, trabalha com dados das 20 regiões do país, que de maneira geral se referem às décadas de 1970-80, tentando encontrar semelhanças e diferenças entre as regiões mais prósperas e menos prósperas. O autor apresenta duas linhas argumentativas (hipóteses) dessa diferença: a primeira ligada à modernidade sócio-econômica, na perspectiva das consequências da Revolução Industrial, e a segunda relacionada à comunidade cívica, isto é, padrões de participação cívica e solidariedade social.

A modernidade econômica e o desempenho institucional estão correlacionados ( $r=0,77$ ), de forma que é possível visualizar as regiões italianas dispostas em dois grandes agrupamentos (norte/sul). Tendo em vista a diferença dos recursos financeiros disponíveis aos governos regionais e a estrutura da alocação de recursos no que tange a fórmula redistributiva adotada pelas autoridades centrais, apresenta a primeira importante constatação empírica de que, embora correlacionadas, a riqueza e o desenvolvimento econômico não explicam tudo. Num segundo momento, apresenta algumas especulações teóricas acerca da comunidade cívica, enfatizando a perspectiva dos liberais (ressaltam o individualismo e os direitos individuais) e dos republicanos (enfatizam a comunidade e as obrigações dos cidadãos), e retirando desses últimos alguns tópicos do debate filosófico para então conceituar comunidade cívica, e fazer, o que, segundo ele, ainda não havia sido feito: investigar empiricamente se o êxito de um governo democrático depende de quão próximo seu meio se acha do ideal de uma comunidade cívica. Para tanto, utiliza-se de quatro indicadores do civilismo da vida regional, que foram construídos a partir das seguintes proposições: a) sociabilidade

---

<sup>2</sup> A orientação cognitiva refere-se ao conhecimento do sistema político, incluindo as noções de papéis, os insumos e os consumos. A orientação afetiva envolve o caráter performático dos papéis a serem desenvolvidos dentro do sistema político. A orientação por valores diz respeito às noções de opiniões e julgamentos morais, uma combinação de valores e critérios. (Almond e Verba, 1989).



cívica é a vibração da vida associativa, b) o número de eleitores de jornais reflete o interesse dos cidadãos pelos assuntos comunitários, c) comparecimento às urnas em referendos, tendo em vista a peculiar motivação para tal, e d) voto preferencial. De maneira geral, as evidências empíricas corroboram para a afirmação de que nas regiões onde há mais associações cívicas, muitos leitores de jornais, muitos eleitores politizados e menos clientelismo parecem contar com governos mais eficientes, e neste caso, as diferenças são agudas entre as regiões que compõe o norte e sul da Itália (Putnan, 2006).

Pretendendo ser um estudo de abrangência mundial sobre democracia, Inglehart e Welsel (2009) apresentam a proposta de que a modernização levaria a mudanças culturais que favoreceriam o surgimento e manutenção do regime democrático, e isso os autores denominam de sequência do desenvolvimento humano. Afirmam que o mundo vem experimentando uma progressiva mudança cultural nas últimas décadas, fruto do processo de modernização, e que implica em uma relação tensa entre valores tradicionais e modernos. Tais valores deram origem às duas dimensões principais da variação transcultural: valores tradicionais/ seculares-rationais (ligada à industrialização) e valores de sobrevivência/autoexpressão (ligada à ascensão da sociedade pós-industrial). A tese apresentada é de que o desenvolvimento socioeconômico está associado a uma ampla síndrome de orientações de valores distintos. Para ratificar essa tese, autores analisam as evidências de mudanças culturais em quatro ondas (1981-83, 1989-91, 1995-97 e 1999-2002) em 81 sociedades dos 6 continentes, abrangendo mais de 85% da população mundial; tal pesquisa é conhecida como Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey). Dentre as constatações, algumas merecem destaque. A primeira delas indica que o desenvolvimento socioeconômico está fortemente associado aos valores culturais de uma sociedade, sendo o sistema de valores de países com renda alta bastante diferente dos países com baixa renda, e nessa perspectiva, a transição de uma economia agrícola para uma industrial estaria ligada à mudança de valores tradicionais para seculares-rationais, enquanto que a passagem do modelo industrial para o de serviços tenderia a alterar o sistema de crenças de valores de sobrevivência para valores de autoexpressão. Ao dispor os países em um mapa cultural, ainda sobre a perspectiva dos dois eixos (tradicionais/seculares e sobrevivência/autoexpressão), seria possível visualizar *clusters* culturais consistentes e coerentes, no que concerne à herança cultural de uma sociedade, particularmente a tradição religiosa e heranças coloniais, indicando um padrão sistemático existente apesar das singularidades de cada uma, e nesta lógica de

raciocínio, a nacionalidade de um indivíduo continua a ser um poderoso elemento de previsão de valores, tendo em vista que as diferenças entre valores protestantes e católicos em determinadas sociedades são relativamente pequenas se comparados a outros países da mesma linha religiosa, e que, num determinado país, os estratos ricos e pobres tendem a ter valores que são mais semelhantes entre si do que aos de cidadãos de outros países ricos ou pobres.

Após apresentar os principais argumentos das teorias da modernização e do culturalismo, é possível passar às análises empíricas. A proposta principal é verificar se a satisfação com a democracia está associada ao grau de desenvolvimento socioeconômico do país, ou dito de outra forma, objetiva-se examinar como uma variável cultural se associa a variáveis econômicas. Cabe aqui destacar que se trata de uma análise que busca o efeito de fatores econômicos na satisfação com a democracia, e que por conta disso, as variáveis políticas propriamente ditas (diferentes sistemas eleitorais, estabilidade dos quadros partidários, longevidade das ditaduras etc.) não são consideradas.

#### IV – SATISFAÇÃO COM A DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A proposta principal é verificar se a satisfação com a democracia está associada ao grau de desenvolvimento socioeconômico do país, ou dito de outra forma, objetiva-se examinar como uma variável cultural se associa a variáveis econômicas. Os dados referentes à “satisfação com a democracia” são mensurações das manifestações de opinião da população, via surveys, e constam no banco de dados do Latinobarômetro. Tal variável indica a confiança demonstrada nas instituições representativas centrais ao funcionamento desses regimes. Cabe aqui destacar que se trata de uma análise que busca o efeito de fatores econômicos na satisfação com a democracia, e que por conta disso, as variáveis políticas propriamente ditas (diferentes sistemas eleitorais, estabilidade dos quadros partidários, longevidade das ditaduras etc.) não são consideradas.

A presente seção está organizada em quatro partes. Na primeira serão apresentados os percentuais de satisfação com o regime democrático nos países da América Latina, no período de 1997 a 2009, conforme disponibilidade de dados do Latinobarômetro. Posteriormente são observadas as médias do PIB per capita (uma

forma de mensurar desenvolvimento econômico, considerada as devidas ressalvas quanto aos problemas da distribuição de renda, não captados por este dado), as médias da satisfação com a democracia e o coeficiente de Gini<sup>3</sup> (principal medidor da desigualdade de um país, pois centra-se nas disparidades de distribuição de renda) dos países da América Latina<sup>4</sup>. Porém, quanto a este último, a ausência de dados do Banco Mundial para a presente série temporal - para cada um dos países havia apenas um índice disponível e que não apresentava uma padronização quanto ao ano de tal disponibilidade – fez com que não fossem realizados testes de correlação. Estes estão na sequência desta sessão, pois são apresentados os resultados das correlações da variável cultural (satisfação com a democracia) com variáveis econômicas.

A tabela 1 apresenta as manifestações de satisfação com a democracia. Nota-se, de maneira geral, que não há uma lógica ascendente, e nem o oposto, para nenhum dos países supracitados no período observado. A média desta região é de 34,3%, mas tal percentual acaba não sendo muito relevante, visto que as diferenças entre os países são bastante consideráveis. Destes, o Uruguai apresentou a maior média (61,9%), seguido pela Costa Rica (53,7%). Dentre os países com menor percentual de satisfação com a democracia destacam-se o Paraguai (15,3%) e o Peru (17,1%).

Uma interpretação interessante sobre as variações do grau de satisfação com a democracia foi realizada por González (2011, p.56). Para ele, “a variável aprovação do governo indica um elemento interveniente, que provoca a alteração da avaliação do regime político”. Ao observar o comportamento das variáveis “satisfação” e “apoio” à democracia, com a confiança nas instituições na América Latina no período de 1996 a 2007, o autor argumenta que essa flutuação pode estar vinculada há mudança de governo, visto que a eleição de um novo líder político vêm acompanhada de um aumento das expectativas dos indivíduos, que, por conseguinte, afetaria de maneira positiva a avaliação das instituições. Os níveis de confiança nas instituições (presidente, congresso, partidos e poder judiciário) neste continente são próximos ou inferiores àqueles manifestados em relação à satisfação com a democracia, e a avaliação dos presidentes é a que apresenta a maior média (38,5%).

---

<sup>3</sup> Vários autores convergem com a ideia de que a equidade de distribuição de renda seria um fator indispensável para a manutenção do regime democrático.

<sup>4</sup> “Verifica-se que o crescimento econômico nesta região não tem sido acompanhado de reduções significativas e duradouras de pobreza e desigualdade. A estimativa do aumento de pobres na região indica que de 1982 para 1993 o número total de pobres aumentou de 78 para 150 milhões e para o ano de 2000, esse número aumentou para 210 milhões. Em 2005 a situação, se considerada num sentido macro, pouco se alterou”. (Baquero, 2007, p.33)

Tabela 1 – Percentual de satisfação\* com a democracia nos países da América Latina<sup>5</sup>  
(1997-2009)<sup>6</sup>

| ANO/PAÍS    | 1997 | 1998 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | Média |
|-------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| ARGENTINA   | 42   | 50   | 46   | 20   | 8    | 34   | 34   | 34   | 51   | 33   | 34   | 36   | 35,2  |
| BOLÍVIA     | 33   | 34   | 22   | 16   | 24   | 25   | 18   | 22   | 39   | 41   | 33   | 50   | 29,8  |
| BRASIL      | 23   | 27   | 19   | 21   | 21   | 28   | 28   | 22   | 36   | 30   | 38   | 48   | 28,4  |
| CHILE       | 37   | 32   | 33   | 25   | 28   | 33   | 42   | 46   | 42   | 37   | 41   | 53   | 37,4  |
| COLOMBIA    | 40   | 24   | 28   | 9    | 11   | 22   | 29   | 29   | 33   | 32   | 40   | 42   | 28,3  |
| COSTA RICA  | 68   | 54   | 61   | 51   | 75   | 47   | 47   | 39   | 48   | 47   | 44   | 63   | 53,7  |
| ECUADOR     | 31   | 34   | 23   | 15   | 16   | 24   | 14   | 14   | 22   | 35   | 37   | 33   | 24,8  |
| EL SALVADOR | 48   | 47   | 28   | 21   | 39   | 33   | 37   | 36   | 25   | 34   | 37   | 60   | 37,1  |
| GUATEMALA   | 40   | 57   | 36   | 16   | 35   | 21   | 20   | 28   | 31   | 30   | 27   | 30   | 30,9  |
| HONDURAS    | 49   | 37   | 43   | 32   | 62   | 37   | 29   | 26   | 34   | 30   | 25   | 31   | 36,3  |
| MEXICO      | 45   | 21   | 37   | 27   | 18   | 18   | 18   | 23   | 41   | 31   | 23   | 28   | 27,5  |
| NICARAGUA   | 51   | 26   | 16   | 24   | 59   | 31   | 20   | 18   | 26   | 43   | 38   | 35   | 32,3  |
| PANAMA      | 39   | 34   | 47   | 21   | 44   | 24   | 35   | 20   | 40   | 38   | 34   | 61   | 36,4  |
| PARAGUAY    | 16   | 24   | 13   | 10   | 7    | 9    | 14   | 15   | 12   | 9    | 23   | 31   | 15,3  |
| PERU        | 21   | 18   | 24   | 16   | 18   | 11   | 6    | 13   | 23   | 17   | 16   | 22   | 17,1  |
| URUGUAY     | 65   | 68   | 69   | 55   | 53   | 44   | 44   | 63   | 66   | 66   | 71   | 79   | 61,9  |
| VENEZUELA   | 36   | 35   | 55   | 41   | 40   | 37   | 42   | 55   | 57   | 59   | 49   | 49   | 46,3  |
| AM. LATINA  | 41   | 37   | 36   | 25   | 33   | 29   | 28   | 30   | 37   | 36   | 36   | 44   | 34,3  |

Fonte: Latinobarômetro.

\*Respostas “muito satisfeito e satisfeito com a democracia”.

A tabela 2 apresenta a média da satisfação com a democracia, o coeficiente de Gini<sup>7</sup>, e a média do PIB per capita dos países da América Latina de 1997 a 2009. Os dois últimos indicadores pretendem mensurar o desenvolvimento econômico de um país, porém, o coeficiente de Gini capta os efeitos da distribuição de renda, variando de 0 a 1 (limites não observáveis no mundo real), sendo 0 o valor atribuído à total distribuição de renda, e 1 o valor à total concentração de renda. Já o PIB per capita é um dado mais bruto, em que um bom valor não indica a riqueza de uma nação, já que as disparidades entre as frações mais ricas e mais pobres de uma sociedade contribui para o enviesamento desse indicador. De todo modo, é interessante observar como estes diferentes elementos podem se relacionar com a satisfação democrática, e objetiva-se, com isso, verificar se os países com “alto desenvolvimento econômico” e boa distribuição de renda são os que apresentam os maiores percentuais de satisfação com o

<sup>5</sup> Em função da ausência de dados no decorrer da presente série temporal, a República Dominicana foi excluída das análises deste artigo.

<sup>6</sup> Não houve survey no ano de 1999.

<sup>7</sup> Em função da ausência de dados do coeficiente de Gini, que foram retirados junto ao site do Banco Mundial, para os anos em análise, escolheu-se expor o último resultado disponibilizado para cada país, e estes, por vezes, não são coincidentes.

regime democrático. Cabe aqui salientar que esta relação possui um nível de generalização e abstração muito elevado, pois apenas duas variáveis isoladas não conseguem explicar um fenômeno tão complexo e transitório que é a percepção dos indivíduos sobre um regime político. Outro elemento a ser ressaltado é que a satisfação com a democracia, ou seja, os resultados dos surveys, pode não representar como são de fato as democracias latino-americanas.

Pressupõe-se, aqui, algo análogo ao modelo de Downs (1999), presente ainda na perspectiva comportamentalista da teoria da escolha racional. Para este autor, o homem racional, é 1) o indivíduo que consegue tomar uma decisão diante de várias alternativas, 2) classifica estas alternativas em ordem de preferência, 3) seu ranking de preferência é transitivo, 4) este indivíduo sempre escolhe a primeira alternativa desse ranking, 5) sempre toma a mesma decisão quando confrontado com as mesmas alternativas. O homem racional no mundo modelo de Downs, orienta seu comportamento mais em direção ao bem estar econômico e político, logo, toma decisão de acordo com sua crença na alternativa que lhe proporcionará maior benefício, e neste processo de ação, a racionalidade se refere aos meios e não aos fins. No caso da lógica do voto, os homens racionais não estão interessados na política propriamente dita, mas em suas utilidades.

Colocando a devida ressalva de que no pressuposto de Downs (1999), os homens seriam considerados irracionais caso exibissem um comportamento de outra esfera, ou um comportamento político (meios) que não o ajudasse a atingir seus objetivos políticos (fins) eficientemente (idem, p.31), neste esboço de compreensão da manifestação dos indivíduos sobre a democracia (respostas ao surveys enquanto fim), a situação socioeconômica dos indivíduos - representada, de maneira agregada, através dos resultados econômico e social de cada país - é o principal elemento que influencia na manifestação destes sobre o regime político. Assim, o homem racional da presente abstração sempre afirma estar satisfeito com a democracia quando suas condições socioeconômicas estão boas. Deste modo, espera-se encontrar, em países mais desenvolvidos economicamente, indivíduos mais satisfeitos com a democracia.

Tabela 2 – Satisfação com a democracia e distribuição de renda nos países da América Latina: Médias para o período de 1997-2009

| Variáveis/Países | Satisfação | Ranking | Gini | Ranking | PIB per capita* | Ranking |
|------------------|------------|---------|------|---------|-----------------|---------|
| Uruguay          | 61,9       | 1       | 42,4 | 2       | 5976            | 4       |
| Costa Rica       | 53,7       | 2       | 50,3 | 8       | 4362            | 6       |
| Venezuela        | 46,3       | 3       | 43,5 | 3       | 4855            | 5       |
| Chile            | 37,4       | 4       | 22,6 | 1       | 6099            | 2       |
| El Salvador      | 37,1       | 5       | 46,9 | 5       | 2479            | 11      |
| Panamá           | 36,4       | 6       | 52,3 | 11      | 4340            | 7       |
| Honduras         | 36,3       | 7       | 57,7 | 15      | 1212            | 15      |
| Argentina        | 35,2       | 8       | 45,8 | 4       | 6008            | 3       |
| Nicaragua        | 32,3       | 9       | 52,3 | 11      | 818             | 17      |
| Guatemala        | 30,9       | 10      | 53,7 | 12      | 1912            | 13      |
| Bolivia          | 29,8       | 11      | 57,3 | 14      | 1049            | 16      |
| Brasil           | 28,4       | 12      | 53,9 | 13      | 4330            | 8       |
| Colombia         | 28,3       | 13      | 58,5 | 16      | 2890            | 9       |
| México           | 27,5       | 14      | 51,7 | 9       | 6542            | 1       |
| Ecuador          | 24,8       | 15      | 49,0 | 7       | 2181            | 12      |
| Perú             | 17,1       | 16      | 48,0 | 6       | 2525            | 10      |
| Paraguay         | 15,3       | 17      | 52,0 | 10      | 1373            | 14      |

Fonte: Banco Mundial e Latinobarômetro.

\*PIB per capita em US\$, a preços atuais.

Inicialmente, é interessante destacar o caso do Chile, com distribuição de renda próxima dos países altamente desenvolvidos (Gini= 22,6) e o 2º maior PIB per capita deste continente, apresenta a 4ª melhor colocação quanto à satisfação democrática (37,4), embora muito abaixo do primeiro colocado neste quesito, o Uruguai (61,9). Este último possui bons níveis de desenvolvimento econômico quando comparado aos demais países, e distribuição de renda razoável (Gini= 42,4). Costa Rica e Venezuela, os segundo e terceiro colocados em percentuais de satisfação com o regime seguem lógica similares, pois apresentam bons PIB per capita e Gini.

Parece haver certa coerência entre os indicadores de desenvolvimento e distribuição de renda com satisfação democrática. Os países localizados em posições medianas quanto à democracia (do 5º ao 13º colocados), apresentam-se também na média em relação aos dois outros indicadores, com exceção do El Salvador e da Argentina, com bons desempenhos. O Brasil é o 8º país com maior PIB per capita e o 13º lugar quanto ao coeficiente de Gini, indicando má distribuição de renda, e em

relação ao percentual de satisfação com a democracia, é também não satisfatório, ocupando a 12ª colocação.

Dentre os quatro países que ocupam a base desta tabela, o México constitui num caso bem particular, já que apresenta o melhor PIB per capita da América Latina, mediana distribuição de renda (Gini= 51,7), mas baixo percentual de satisfação com o regime vigente (27,5). Neste caso, bom desempenho econômico não parece ser suficiente para que seus cidadãos se manifestem satisfeitos com a democracia. Peru e Paraguai são os países com menor percentual de aceitação democrática (17,1 e 15,3, respectivamente), porém, nos dois outros quesitos não os piores dessa amostra. A caráter ilustrativo, apenas o México e o Chile apresentam PIB per capita superior à média mundial (US\$ 6056). Todos os países que possuem PIB per capita inferior à média do continente (US\$3.468), também apresentam percentual de satisfação inferior à média observada nesta região (34,3%).

Antes de passar aos resultados das correlações, algumas observações merecem ser feitas. Apesar de ser um ótimo indicador, conforme justificado anteriormente, não utilizou-se o coeficiente de Gini nestes testes, devido a ausência de dados para esta série histórica. Portanto, apreendeu-se as seguintes variáveis: PIB per capita (captação dos efeitos de longo prazo), IDH (medidor do desenvolvimento humano, sendo o PIB per capita um componente desse índice) e crescimento do PIB (captação dos efeitos mais circunstanciais). Apesar da natureza diferente desses indicadores, estes foram selecionados de forma a contemplar dois objetivos: a) “de ordem temporal” (as flutuações econômicas de um país -crises internas, externas etc.- num determinado ano podem estar relacionadas à percepção dos indivíduos quanto ao regime vigente neste mesmo ano?) e b) “de ordem social” (o desenvolvimento humano de um país – medido pelo IDH, um índice que não costuma sofrer variações significantes a curto prazo, está associado à satisfação democrática?).

Como resultado dessas correlações, a satisfação com a democracia está associada ao PIB per capita, mostrando uma correlação positiva de 0,424 (ver anexo 1 – alguma regularidade, inclinação positiva para a direita, da nuvem de pontos). Embora tal correlação não seja muito forte, foi a melhor encontrada, visto que com o IDH obteve-se  $r = 0,245$  e  $r = 0,075$  com a taxa de crescimento do PIB. Tendo em vista que o PIB per capita constitui-se em uma das variáveis retidas na construção do IDH, a

correlação entre as duas é bastante forte ( $r = 0,775$ ), indicando tais indicadores quase a mesma coisa<sup>8</sup>.

Com base nestas correlações, observou-se que a satisfação com a democracia é parcialmente associada ao grau de desenvolvimento socioeconômico do país, mas não é associada às taxas de crescimento econômico. A satisfação com este regime está ligada a fatores que dizem respeito à trajetória econômica do país (o nível de renda per capita é resultado de longo prazo da economia de um país, que não se altera repentinamente) e não a fatores mais circunstanciais, como o crescimento do PIB.

## V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dos surveys demonstraram as diferenças de opinião entre os cidadãos dos diversos países da América Latina quanto à satisfação com a democracia. Além das diferenças visualizadas nos percentuais de satisfação entre os países, observou-se variações consideráveis em alguns deles no decorrer da série histórica analisada, e nesse sentido, caberia um estudo mais pormenorizado de cada um, que abarcasse esferas mais amplas de análise (histórica, partidária, econômica etc.) para tentar compreender tais variações.

Em síntese, a situação econômica e social de um país parece influenciar, de alguma maneira, as manifestações individuais sobre a satisfação com a democracia. Ou seja, a democracia considerada como um regime que representa os interesses da população (demandas), pode ser percebida pelos seus cidadãos através, principalmente, das políticas públicas implementadas, e a efetividade destas podem resultar numa boa percepção de democracia.

O crescimento e desenvolvimento econômico de um país fornecem as condições elementares para a manutenção dos regimes democráticos, conforme afirmavam os teóricos da modernização, e o que se pretendeu na última seção desse trabalho foi observar como se dá esta relação, embora bastante reducionista e ainda incompleta, pois a realização de outros testes que contemplassem outras variáveis explicativas, tais como investimento público em educação, saúde, entre outros, poderiam fortalecer este argumento, bem como a utilização de explicações institucionais, que como mencionado, não fizeram parte da análise empírica.

---

<sup>8</sup> Ver síntese no modelo de regressão (anexo 2).



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, Gabriel, VERBA, Sidney. In: *The Civic Culture Revisited: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Newbury Park, Sage, 1989.

\_\_\_\_\_. *The civic culture*. Political attitudes and democracy in five nations. USA/Canadá: Little, Brown and Company, 1965.

ACEMOGLU, D, ROBINSON, J. *Economic Origins of Dictatorship and Democracy*. Cambridge University Press: 2007.

BAQUERO, M. *Democracia e Desigualdades na América Latina: novas perspectivas*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

BOIX, C. *Democracy and Redistribution*. Cambridge University Press: 2003.

FAGUNDES, Bruno. Matrizes do pensamento culturalista: Tocqueville e Almond-Verba. In: *Lua Nova*, São Paulo, N°. 74, pp.131-150, 2008.

GONZÁLEZ, R. S. Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. In: *Cultura (s) política (s) e democracia no século XXI na América Latina* / org. Marcello Baquero. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

HUNTINGTON, P. S. *A Terceira onda: a democratização no final do século XX*. Editora Ática: São Paulo, 1994.

HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense universitária; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

INGLEHART, R., WELZEL, C. *Modernização, Mudança Cultural e Democracia: A sequência do desenvolvimento humano*. Brasília: Editora Francis/Verbena Editora, 2009.

LAISNER, R. Visões da democracia: o debate entre tradições e o caminho para um novo modelo. In: *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, vol.2/2008.

LIPSET, Seymour M. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PERES, Paulo. “Comportamento ou Instituições? A Evolução Histórica do Neo-Institucionalismo da Ciência Política”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23, N°. 68, pp. 53-72, 2008.

PRZEWORSKI, A; ALVAREZ, M; CHEIRUB, J; LIMONGI, F. O que mantém as democracias? In: *Lua Nova*, n° 40/41, São Paulo: 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n40-41/a06n4041.pdf>. Acesso em 12/07/2012.

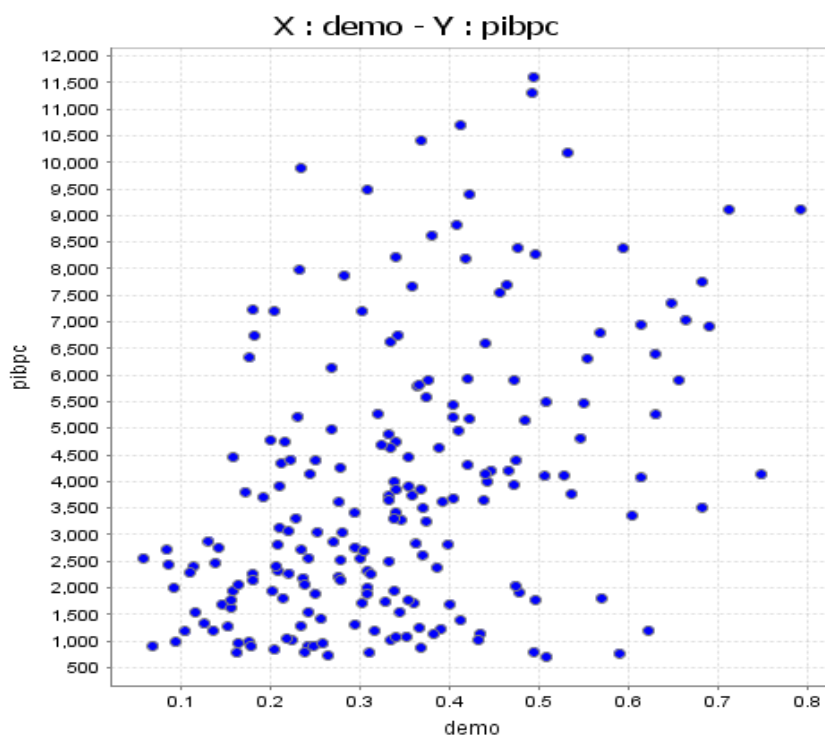
PRZEWORSKI, A; CHEIRUB, J; LIMONGI, F. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. In: *Lua Nova*, n° 58, São Paulo: 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452003000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452003000100003&script=sci_arttext). Acesso em 13/07/2012.

PRZEWORSKI, A; CHEIRUB, J; LIMONGI, F. Democracia e desenvolvimento na América do Sul, 1946-1988. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 24, Anpocs, São Paulo, 1994. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_24/rbcs24\\_03.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_24/rbcs24_03.htm). Acesso em 13/07/2012.

PUTNAM, ROBERT D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SISTEMA DE INFORMACIÓN SOBRE COMERCIO EXTERIOR. El Entorno Económico. Disponível em :  
<[http://www.iadb.org/ctyindex/URY/WTO/ESPANOL/WTTPRS163R1\\_01\\_s.doc](http://www.iadb.org/ctyindex/URY/WTO/ESPANOL/WTTPRS163R1_01_s.doc)>. Acesso em : 21/07/2012.

## ANEXOS

1) Satisfação com democracia e PIB per capita ( $r = 0,424$ )

## 2) Modelo para satisfação com a democracia\*

|                    | Sum of Squares              | Df         | Mean Square               | F      | Sig.  |
|--------------------|-----------------------------|------------|---------------------------|--------|-------|
| Regression         | 0,830                       | 2          | 0,415                     | 22,464 | 0,000 |
| Residual           | 3,715                       | 201        | 0,018                     |        |       |
| Total              | 4,546                       | 203        |                           |        |       |
| Coeficientes       |                             |            |                           |        |       |
|                    | Unstandardized Coefficients |            | Standardized Coefficients | t      | Sig.  |
|                    | B                           | Std. Error | Beta                      |        |       |
| (Constant)         | 0,235                       | 0,020      |                           | 11,952 | 0,000 |
| Crescimento do PIB | 0,002                       | 0,003      | 0,055                     | 0,865  | 0,388 |
| PIB per capita     | 0,000                       | 0,000      | 0,421                     | 6,600  | 0,000 |

\* Satisfação com democracia =  $\alpha + \beta_1$  Crescimento do PIB +  $\beta_2$  PIB per capita.

\*\*R= 0,427; R square= 0,183; Adjusted R Square= 0,175, Error of the Estimate=0,13595